

RESENHA CRÍTICA

CRITICAL REVIEW

REVISIÓN CRÍTICA

Viviane Gonçalves Araujo

Pedagoga. Especialização em Psicopedagogia, Neurociências, Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional - UNOPAR/MG

Luiz Marcelo Passos

Licenciado em Educação Física. Especialização em Treinamento Esportivo UNIFOR/MG. Mestrando em Ciências da Educação – FICS/PY

RESUMO: O livro "Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?", de Maria Teresa Eglér Mantoan (2003), é uma obra fundamental para o debate sobre inclusão na educação. A autora critica a visão tradicional e segregadora do ensino, propondo um novo paradigma que valoriza a diversidade e as singularidades dos educandos. Mantoan conceitua inclusão como uma mudança estrutural e cultural na escola, que vai além da simples inserção de alunos na sala regular, defendendo a flexibilização curricular e práticas pedagógicas democráticas. A obra destaca três pilares justificadores da inclusão: a identidade e diferença, a garantia legal e a necessidade de mudanças frente aos desafios educacionais. Além disso, enfatiza que a construção de uma escola inclusiva depende do envolvimento de toda a comunidade escolar e da superação de obstáculos sociais e políticos. Por fim, propõe uma pedagogia ativa, dialógica e humanizadora, fundamentada no respeito às diferenças, na promoção da autonomia e na formação cidadã, contribuindo para uma educação mais justa e equitativa.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Diversidade. Educação democrática.

ABSTRACT: The book "Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?", by Maria Teresa Eglér Mantoan (2003), is a fundamental work for the debate on inclusion in education. The author criticizes the traditional and segregated view of education, proposing a new paradigm that values the diversity and singularities of students. Mantoan conceptualizes inclusion as a structural and cultural change in the school, which goes beyond the simple inclusion of students in the regular classroom, advocating curricular flexibility and democratic pedagogical practices. The book highlights three pillars justifying inclusion: identity and difference, the legal guarantee and the need for change in the face of educational challenges. It also emphasizes that building an inclusive school depends on the involvement of the entire school community and overcoming social and political obstacles. Finally, it proposes an active, dialogical and humanizing pedagogy, based on respect for differences, the promotion of autonomy and citizen training, contributing to a fairer and more equitable education.

Keywords: School inclusion. Diversity. Democratic education.

RESUMEN: El libro «Inclusión escolar: o que é? por quê? como fazer?», de Maria Teresa Eglér Mantoan (2003), es una obra fundamental para el debate sobre la inclusión en la educación. La autora critica la visión tradicional y segregadora de la educación, proponiendo un nuevo paradigma que valore la diversidad y las singularidades de los alumnos. Mantoan conceptualiza la inclusión como un cambio estructural y cultural en la escuela, que va más allá de la simple inclusión de alumnos en el aula regular, abogando por la flexibilidad curricular y por prácticas pedagógicas democráticas. El libro destaca tres pilares que justifican

la inclusión: la identidad y la diferencia, las garantías legales y la necesidad de cambio ante los retos educativos. También subraya que la construcción de una escuela inclusiva depende de la implicación de toda la comunidad escolar y de la superación de los obstáculos sociales y políticos. Por último, propone una pedagogía activa, dialogante y humanizadora, basada en el respeto a las diferencias, la promoción de la autonomía y la educación ciudadana, contribuyendo a una educación más justa y equitativa.

Palabras clave: Inclusión escolar. Diversidad. Educación democrática.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão é um tema de extrema importância, que tem sido amplamente debatido em diversos setores da sociedade. Desse modo, o livro de referência aborda esse tema de forma incisiva, destacando a importância de se discutir a perspectiva pela qual a inclusão deve ser promovida no âmbito educacional, em contraposição a ideias segregadoras e pessimistas. A professora Mantoan propõe um novo modelo educacional, que abandona a visão reducionista do ensino baseado na transmissão de conteúdos específicos, fundamentado em uma concepção elitista que desvaloriza a diversidade. Perante a leitura da realidade vivenciada em loco, ela defende a construção de uma escola inclusiva que valoriza diferença e reconhece a singularidade de cada indivíduo, pois assim podemos promover um ambiente de aprendizado enriquecedor e equitativo. O título da obra “Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?” de Mantoan (2003) são três perguntas que aparecem com frequência nas palestras e reuniões nos quais a autora discute a inclusão com educadores.

No primeiro Capítulo a autora conceitua inclusão, afirmando que existe uma crise de paradigmas sobre o termo. Como paradigmas são modelos interpretativos, uma crise representa controvérsias sobre o assunto e, consequentemente, em sua implementação. Argumenta que a inclusão desafia a estrutura organizacional da escola fazendo-se necessário pensar novos paradigmas de conhecimento e, do tratamento do ensino e da aprendizagem adequados para atender aos educandos em suas singularidades. Para a autora, é preciso reconsiderar, por exemplo, a sua organização curricular que deve ser mais flexível quanto a escolha dos conteúdos e tratamento didático pedagógicos. Por fim, trava-se uma relação de causa e efeito complexa entre a necessidade de se estruturar a escola e ao mesmo tempo, mudar as mentes de educadores, educandos, demais profissionais da escola, famílias e comunidade escolar. Trata-se, também de uma mudança cultural. Sobre a distinção de integração e inclusão, esta considera que a escola deve adaptar sua estrutura às necessidades dos estudantes, enquanto aquela, o aluno deve se adaptar à organização da escola.

O Capítulo 2 aponta argumentos que justificam a necessidade da inclusão escolar: 1) A questão da identidade X diferença; 2) A questão legal; 3) A questão das mudanças. Na introdução do capítulo, Mantoan (2003) argumenta que a escola brasileira fracassou, considerando o abandono e evasão escolar. E os que permanecem, frequentam um ambiente educativo que carece de reestruturação física, tecnológica e didático pedagógica, em que lhes é atribuído as causas do “fracasso em aprender”. A inclusão, em contrapartida é produto de uma educação plural, que considera os ciclos de desenvolvimento do estudante: infância, pré-adolescência, adolescência, juventude e vida adulta. Preocupa-se com o seu envolvimento na construção das práticas educativas¹, colocando-o como parte do processo educativo. É democrática, pois inclui estes alunos como cidadãos ao afirmar que na Constituição Federal (1988) existe a garantia ao direito à igualdade

¹ Tomamos aqui o sentido que Paulo Freire (1996) deu ao termo: “prática educativa como um exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia de educadores e educandos”

(art. 5U) e, no artigo 205 e seguintes, do direito de todos à educação, que visa ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho”. “A questão de mudanças”, como o próprio nome diz, trata da exigência que a realidade impõe à escola de se apropriar das inovações tecnológicas e pedagógicas. O ponto chave do capítulo é a de que a inclusão escolar é democrática e transformadora, desafiando a instituição a desconstruir suas estruturas e modelos educativos.

O Capítulo 3, propõe reflexões sobre a prática educativa. Afinal como fazer essa tal inclusão escolar? Não há uma receita pronta quanto se trata de pessoas (seres humanos), somos diferentes e com necessidades, inquietações e aspirações diferentes. O que precisamos é tornar a escola um ambiente acolhedor, salutar onde as crianças (alunos) se sintam pertencentes e não apêndices. Não se pode confundir o acesso de todos a escola sem garantir uma educação de qualidade (aqui me refiro de modo geral). Em se tratando de educação, não há inclusão quando a condição do aluno se resumir somente em estar matriculado em uma classe regular ou ter um AEE. A inclusão requer modelos educativos adaptados às peculiaridades, necessidades dos alunos e não a recortes e modelos da educação regular.

Inúmeros são os fatores nos impedem a galgar caminhos frutíferos em direção de uma inclusão verdadeira, seja por falta de políticas públicas serias que atendam os verdadeiros objetivos ou por falta de conhecimento dos pais que muitas das vezes não aceita a limitação do filho e que só pelo fato de eles estarem matriculados na educação regular acreditam estarem inclusos no processo educacional. Podemos afirmar que falta muito o que se fazer para melhorar essa realidade, mas temos que ser justos em dizer que já avançamos muito.

Estamos postergando há muito tempo essas mudanças em prol de uma educação de qualidade, mais humana, democrática e inclusiva, e que seja verdadeiramente efetivada e atenda às inquietações dos alunos e dos pais, e para que isso ocorra requer uma reflexão profunda, uma discussão com os autores integrantes, pois essas mudanças implicam em uma escola de todos para todos com modelos educativos voltado para a aprendizagem significativa, e não voltada a repetição de conceitos e fórmulas, uma escola plural, democrática e cidadã onde as partes integrantes sejam protagonistas e não meros expectadores.

Ensinar sob uma nova ótica da educação inclusiva requer uma profunda análise na busca da ressignificação do papel do professor, do aluno, das práticas pedagógicas desde a educação infantil ao ensino superior para se adequar aos tempos modernos. Podemos dizer que a educação inclusiva é possível, mas temos que ser persistente em busca de espaços cada vez maiores.

Deste modo, ela apresenta uma forte argumentação em favor de uma pedagogia ativa, baseada no diálogo e na interação, capaz de promover não apenas a integração de alunos com deficiência, mas também a inclusão de todos, tornando a diversidade um ponto fundamental para a educação. Em outras palavras, a autora faz oposição à educação tradicional, apontando suas desvantagens em relação a este novo paradigma e convida os leitores a refletir sobre a necessidade de valorizar as singularidades de cada indivíduo. Desse

modo, através da construção de uma escola inclusiva, a autora propõe um ambiente de aprendizado que respeita a história de cada aluno e fomenta a criatividade, o pensamento crítico e a autonomia, e promovendo uma formação mais humanizada para todos.

Portanto, mesmo que o livro seja relativamente curto, sua abordagem é direta e objetiva, vindo a cumprir bem o que é proposto no título; apesar de apresentar poucos exemplos, existe argumentos sólidos em defesa das ideias e uma boa proposta de discussão sobre o tema, pois não se trata de criar uma escola perfeita, nem de oferecer receitas prontas, mas sim de uma série de reflexões e orientações práticas para a construção de um local inclusivo e equitativo, baseada no respeito às diversidades. A autora escreve de forma agradável e acessível, sem ser demasiadamente acadêmica, tornando o livro interessante para um público amplo e diverso. Em síntese, mesmo com sua extensão limitada, a obra oferece um ponto de partida sólido para aqueles que desejam se aprofundar no assunto e contribui significativamente para o debate sobre a inclusão na educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN. Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? / Maria Teresa EglérMantoan. — São Paulo: Moderna, 2003